



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

PIME 2026 – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PROPOSTA INICIAL DE METAS ESTRATÉGICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Data: 09 de junho de 2025 **Início:** 10 horas **Término:** 12 horas e 15 minutos

Local: Auditório Carmil Vieira, 2º andar do Fórum Pontes de Miranda

Pauta: Discussão da Proposta Inicial de Metas da Justiça do Trabalho (PIME-JT) para 2026

Participantes:

1. Desembargador Jasiel Ivo - Desembargador Presidente do TRT19
2. Emanuel Holanda Almeida – Juiz Auxiliar da Presidência
3. Juiz Alonso Cavalcante de Albuquerque Filho - Presidente da Amatra
4. Lauriston Chaves de Farias Júnior – Presidente da ASSTRA
5. Fábio Tenório Barros - servidor do TRT19
6. Rodrigo José Rodrigues Bezerra - servidor do TRT19
7. Marcelo Xavier do Nascimento- servidor do TRT19
8. Patrícia Crisóstomo dos Santos - servidora do TRT19
9. Déborah Gomes Torres Pinto - - servidora do TRT19
10. Isabela Franco Lima Santa Ritta – Secretária Geral da Presidência do TRT19
11. Nídia Maria S. dos Santos – Sociedade
12. Abneger Ferreira Souza - Sociedade
13. Tiago Barbosa de A. Silva - Sociedade
14. Felipe Costa Leita – Servidor do TRT19
15. Aparecida Araújo – servidora do TRT19
16. Wesley Dullivan - Sociedade
17. Raphaela Carvalho – Secretária do Tribunal Pleno do TRT19
18. Luciano Freitas – Servidor do TRT19
19. Amanda Vitorino Lopes Alves – Servidora do TRT19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

20. Victor Rezende Dorea – Secretário de Governança e Gestão Estratégica do TRT19
21. José Miriel M. P. Gomes – Coordenador da Polícia Judiciária do TRT19
22. Antonio Idalino dos Santos - Secretário da Corregedoria do TRT19
23. Anamaria Soares Marinho – Servidora do TRT19
24. Adriana Barbosa – Servidora do TRT19
25. Daniela Drumond - Servidora do TRT19
26. Oswaldo Zaidan - Servidor do TRT19
27. Cláudia Rodas – Servidora do TRT19
28. Maristela Pellenz Casado - Servidora do TRT19
29. Fernanda Soares - Servidora do TRT19
30. Maria Clara Inojosa - Servidora do TRT19
31. Paulo O. De Moraes - Servidor do TRT19
32. Kamilla A. S. Barreto – Coordenadora da Ccom do TRT19
33. Luana S. S. Souza – Servidora do TRT19
34. Romero M. Souto Maior – Servidor do TRT19
35. Diego Monteiro - Servidor do TRT19
36. Hilda Cléa Rebelo Rocha - Servidora do TRT19
37. Denise S. Souza Sampaio - Servidora do TRT19
38. Talita Santana Santos - Servidora do TRT19
39. Aida Rachel T. C. Rossiter - Servidora do TRT19
40. Arthur Amorim Alves da Cruz - Servidor do TRT19

Debates e Deliberações:

O Presidente do TRT/AL, Dr. Jasiel Ivo, fez a abertura da audiência pública destacando que o objetivo do encontro era garantir uma gestão estratégica participativa e democrática, alinhada à Resolução CNJ nº 221/2016 e à Portaria CNJ nº 411/2024 (Prêmio CNJ de Qualidade 2025). Ele ressaltou a importância do cumprimento das metas para uma prestação jurisdicional célere e eficiente, sem esquecer a saúde e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. O Presidente enfatizou que o Tribunal mantém canais abertos para sugestões sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Victor Dorea, Secretário de Governança e Gestão Estratégica, reforçou a fala do Presidente, garantindo a liberdade de manifestação dos presentes, que a qualquer momento poderiam o interromper para manifestações. Ele apresentou as propostas iniciais de metas da Justiça do Trabalho para 2026 e os resultados do TRT/AL nas metas do CNJ de 2021 a maio de 2025, evidenciando a necessidade da participação de magistrados e servidores no planejamento estratégico.

O Secretário também detalhou o cronograma de elaboração das metas estratégicas nacionais para 2026, demonstrando as etapas já concluídas e os próximos momentos de participação democrática, como a nova consulta pública a ser realizada pelo CNJ, e o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O Secretário reforçou ainda a necessidade de se assinar à lista de presença, que estava disponível na entrada do auditório.

Em seguida, foi apresentado o conteúdo das propostas de metas estratégicas nacionais para 2025 pelo Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Victor Dórea, na forma que se segue:

1. Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (de 20/12/2025 a 19/12/2026)

O Sr. Victor Dorea apresentou a Proposta de Meta e sua cláusula de barreira, esclarecendo que, por determinação normativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), essa meta não pode ser alterada. Os participantes não apresentaram objeções.

Todavia, a Sra. Raphaela Carvalho - Secretária do Tribunal Pleno, levantou um ponto crucial: a necessidade de melhorar a comunicação sobre os impactos do não cumprimento das metas pelas unidades judiciais. Ela ressaltou que uma comunicação mais clara e abrangente seria fundamental para ampliar o engajamento de todos os servidores.

Em resposta, Victor Dorea, Secretário de Governança e Gestão Estratégica, afirmou que essa comunicação já era realizada regularmente. No entanto, Raphaela contra-argumentou destacando que ela própria não tinha acesso a essas informações de forma detalhada.

Victor Dorea compreendeu a questão e, imediatamente, acionou Kamilla Ayssa, Coordenadora da Comunicação Social. A solicitação era verificar a possibilidade de aprimorar ainda mais a comunicação, atendendo ao pedido de Raphaela.

Kamilla Ayssa acolheu a ideia, informando que incluirá essa iniciativa no plano de comunicação do TRT 19 já para o ano de 2025.

2. META 2 *Identificar e julgar até 31/12/2026, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Ficou demonstrado que o TRT-19 tem cumprido a Meta 2 do CNJ no atual ciclo estratégico, e que iniciou o ano de 2025 com a meta já alcançada.

Ressaltou-se que medidas como sobrestamento, suspensão e arquivamento provisório excluem os processos da contagem dessa meta.

Não houve manifestações contrárias por parte dos participantes presentes

3. Aumentar o índice de conciliação ou atingir, no mínimo, 38% de processos conciliados sobre o total de processos julgados na fase de conhecimento.

O TRT-19 apresentou os resultados referentes ao cumprimento da Meta 3 do CNJ, contemplando o período de 2021 até o resultado parcial de 2025.

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica destacou que, nos últimos anos, o Tribunal tem se sobressaído nacionalmente como um dos que mais promovem a conciliação, com índices superiores a 50% de processos solucionados por essa via. Não houve manifestações contrárias por parte dos participantes.

4. META NACIONAL 5: Reduzir a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, 0,5 ponto percentual em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 65% na fase de execução.

O Sr. Victor Dorea apresentou a metodologia de cálculo da Taxa de Congestionamento do Tribunal, explicando de forma detalhada como o indicador é obtido. Também foram expostos os resultados específicos do TRT-19 nos últimos anos, com destaque para o desdobramento regional da meta do CNJ: a Meta 5.1 refere-se à Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento e a Meta 5.2, à Fase de Execução. Não houve manifestações contrárias dos participantes.

5. Proposta de nova meta nacional com foco na Efetividade da Execução e Impacto Econômico (Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 86% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais)

Após a apresentação da proposta para uma nova meta nacional focada na efetividade da fase de cumprimento de sentença, o Dr. Alonso Filho, Juiz Presidente da AMATRA 19, enfatizou a importância de estabelecer uma meta de efetividade de pagamento nas execuções. Para isso, ele sugeriu a adoção de um procedimento que implementou com sucesso: reunir diversos processos da mesma empresa para tentar acordos coletivos na fase de execução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Essa estratégia, segundo o Dr. Alonso, demonstrou ser altamente eficaz. Como exemplo, ele citou um caso em que conseguiu solucionar 60 processos de uma só vez enquanto atuava na Vara do Trabalho de São Miguel dos Campos.

Não houve manifestações contrárias à proposta de nova meta pelos presentes.

6. Meta Nacional de Inovação: Desenvolver, no ano de 2026, no mínimo, um projeto voltado para a atividade judicial oriundo do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública

Apresentada a proposta e destacado o foco para projetos na atividade judicial, não houve manifestações em desacordo com a meta apresentada.

7. Meta de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

O Sr. Victor Dorea abordou a proposta de manutenção da meta nacional de promover ações de combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem. Ele apresentou as ações planejadas para 2025. O principal evento será uma parceria entre o TRT e a AMATRA XIX, focada na promoção de palestras e Círculos de Construção em escolas estaduais.

Ele também informou que o TRT receberá R\$ 20.000,00 para o desenvolvimento do Projeto Guardiões do Saber, que prevê a entrega de kits escolares. Esses recursos são provenientes do CSJT e serão complementados por fundos que possam ser obtidos através do Programa TRT Solidário.

Não houve manifestações contrárias dos participantes.

8. Meta de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida (Específica da Justiça do Trabalho)

Victor Dorea apresentou a meta da Justiça do Trabalho focada na promoção da saúde e qualidade de vida de seus membros. Essa iniciativa inclui a participação em ciclos de exames periódicos e a realização de eventos para combater doenças que causam afastamentos, como adoecimento mental e obesidade.

Ele informou que um novo ciclo bienal de exames periódicos será iniciado e reforçou a importância da "participação maciça de todos", ressaltando a necessidade de melhoria no engajamento dos magistrados, cuja adesão tem crescido. O objetivo é garantir que servidores e magistrados sejam produtivos e gozem de boa saúde física e mental. Dorea destacou que a meta é alcançar 15% de participação tanto de magistrados quanto de servidores e que no último ciclo bienal, a adesão foi de 85% para servidores e mais de 50% para magistrados.

Dorea também asseverou que para 2026, a proposta de meta visa contemplar as categorias dos terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes com pelo menos uma ação realizada com suas participações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Não houve manifestações contrárias dos participantes.

9. Nova Proposta de Meta Nacional: Sustentabilidade e Inovação

Foi apresentada uma nova proposta de meta nacional sobre sustentabilidade e inovação, buscando um vínculo entre elas.

Não houve manifestações contrárias dos participantes.

10. Reflexão sobre Melhorias e Prioridades Estratégicas

Para finalizar, Victor Dorea abriu a palavra aos presentes para sugestões sobre "o que podemos melhorar" e "o que podemos elevar à categoria estratégica". Ele destacou que a consulta pública permitiu aos participantes elegerem os temas e metas que entendiam ser mais relevantes para a Justiça do Trabalho em 2026, incluindo desburocratização, efetividade da execução, acesso à justiça e o julgamento de mais processos do que os que ingressaram no ano.

Victor Dorea fez uma provocação aos presentes, lembrando que os recursos financeiros e humanos não aumentarão. Portanto, ele ressaltou a importância de ter foco e priorizar as atividades.

Com a palavra, a Sra. Maristela Casado, Diretora da Escola Judicial do TRT 19 (EJUD 19), ofereceu apoio na capacitação de servidores e magistrados sobre a competência da Justiça do Trabalho, em face das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em resposta, o Desembargador Jasiel Ivo, Presidente do TRT 19, ponderou que as decisões do STF não decorrem de falta de conhecimento dos magistrados trabalhistas. Ele agradeceu a disponibilidade da EJUD, mas enfatizou que o cenário no STF possui um viés ideológico. Neste sentido, o Presidente do TRT 19 reforçou que a Justiça do Trabalho está unida e já trabalhando para reverter esse posicionamento.

Não havendo mais nenhuma manifestação, o Presidente do TRT19 agradeceu a presença de todos, elogiou os debates ocorridos e convidou os magistrados e servidores presentes para participarem da reunião que ocorreria no mesmo dia a tarde.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Desembargador Presidente Jasiel Ivo, cuja presente ata foi por mim, Victor Rezende Dorea, lavrada e segue em única via.